

EMENDA Nº

DATA 21/12/2020 EMENDA À MP N° 1017

		TIPO		
1[] SUPRESSIVA	2[ ] AGLUTINATIVA	3[]SUBSTITUTIVA	4[X] MODIFICATIVA	5[ ] ADITIVA

	<u>.</u>	-			
AUTOR Domingos Neto	PARTIDO PSD	UF CE	PÁGINA 1/1		
Insira-se o seguinte artigo, onde couber.					
Art O montante reduzido proveniente da renegociação das dívidas previstas nesta Medida Provisória não será computado na apuração do lucro real e nem constituirá base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Programa de Integração Social (PIS) e nem da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).					
JUSTIFICAÇÃO:					
A despeito do claro intuito de resolver o problema das empresas, a MP não prevê quais serão os eventuais reflexos tributários decorrentes da redução do saldo devedor.  Assim, para evitar que as empresas sejam tributadas sobre o montante de redução no saldo devedor, é importante que se aprove emenda à MP que estabeleça de forma expressa que deverão ser neutralizados os eventuais efeitos fiscais decorrentes da referida renegociação do saldo devedor.					

22/12/2020	
DATA	ASSINATURA